

Brasília, 04 de maio de 2026

Seleção

Sumário

E-Investidor - Estadão.com.br

Sexta-feira, 01 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Pix na mira dos EUA: o que está por trás da disputa por pagamentos digitais 3

Folha.com

Sexta-feira, 01 de maio de 2026 | Pirataria

EUA criticam Brasil por pirataria na 25 de março 9

G1 - Globo

Sábado, 02 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Acordo UE-Mercosul: veja os produtos protegidos contra imitação - e que podem... 11

Pix na mira dos EUA: o que está por trás da disputa por pagamentos digitais



Investigação baseada na Seção 301 reacende tensões entre Brasil e Estados Unidos, enquanto o Fed avalia ampliar o FedNow e reforça a corrida global por infraestrutura financeira

Enquanto os Estados Unidos mantêm o Pix no radar de investigações comerciais contra o Brasil, o próprio sistema de pagamentos instantâneos americano, o FedNow, pode ganhar novas funcionalidades. O Federal Reserve abriu consulta pública para ampliar o uso da plataforma por bancos e cooperativas de crédito, permitindo a atuação de intermediários nas transferências. Segundo a autoridade monetária, a mudança pode facilitar inclusive pagamentos transfronteiriços, em um momento em que soluções em tempo real se tornam peça estratégica na disputa global por infraestrutura financeira e tecnologia.

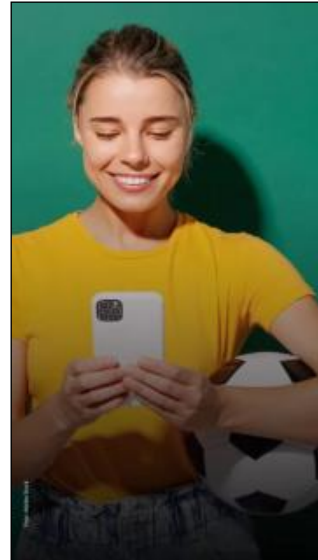


Imagem principal sobre o Álbum da Copa do Mundo 2026: veja quanto custam os modelos na pré-venda

Nesse cenário, o Pix voltou ao centro das tensões comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Após uma decisão da Suprema Corte americana que limitou parte do arcabouço usado pelo governo de Donald Trump para impor tarifas, a Casa Branca reacendeu investigações com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 - e o sistema brasileiro aparece entre os temas analisados pelo Office of the United States Trade Representative (USTR).

Investigação dos EUA coloca Pix no radar

Continuação: Pix na mira dos EUA: o que está por trás da disputa por pagamentos digitais



Imagem principal sobre o Restituição do IR 2026: por que idosos com 80 anos devem ficar atentos à ordem de prioridade?



Imagem principal sobre o IR 2026: este grupo de pessoas tem grandes chances de receber a restituição no 1º lote

A apuração conduzida pelo USTR foi aberta em julho de 2025, a pedido de Trump, com base nesse instrumento legal, que autoriza os Estados Unidos a investigar e retaliar países por práticas consideradas injustas ou discriminatórias contra empresas americanas.

O escopo da investigação é amplo. O governo americano afirma analisar "atos, políticas e práticas do governo brasileiro" relacionados a temas como:



Imagem principal sobre o Pé-de-Meia: os alunos conseguem solicitar o cartão do programa pelo Caixa Tem?

Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico;

Tarifas preferenciais consideradas injustas;

Proteção de **propriedade intelectual**;

Acesso ao mercado de etanol;



Imagem principal sobre o Pé-de-Meia: é possível consultar se o dinheiro está rendendo pelo Caixa Tem?

Desmatamento ilegal.

O Pix aparece de forma indireta no documento oficial, citado como parte dos "serviços de pagamento eletrônico desenvolvidos pelo governo" que poderiam gerar vantagens competitivas.

Continuação: Pix na mira dos EUA: o que está por trás da disputa por pagamentos digitais



Imagem principal sobre o Bolsa Família: é possível retornar ao programa depois de cancelar o benefício?

A investigação foi anunciada poucos dias após Donald Trump ameaçar impor tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros, em agosto do ano passado, movimento que elevou o nível de tensão nas relações comerciais entre os dois países naquele momento. Agora, o tema volta ao radar e preocupa tanto o governo brasileiro quanto especialistas, diante do "vai e vem" da Casa Branca ao recolocar em pauta a possibilidade de investigações com base na Seção 301.

O que é a Seção 301



Imagem principal sobre o 13º salário antecipado do INSS: estes idosos não têm direito ao valor

A chamada Seção 301 faz parte da legislação comercial americana e permite que o governo investigue práticas estrangeiras consideradas prejudiciais ao comércio dos Estados Unidos.

Caso o USTR conclua que existe uma prática injustificável, irrazoável ou discriminatória, Washington pode aplicar medidas retaliatórias.



Imagem principal sobre o Pé-de-Meia: como funciona o rendimento do dinheiro de quem decide permanecer na conta poupança?

Entre as possíveis respostas estão:

Imposição de tarifas adicionais;



Petrobras (PETR3; PETR4): produção de óleo e gás sobe 16,4% no 1T26

Restrições à importação de produtos;

Suspensão de benefícios comerciais;

Continuação: Pix na mira dos EUA: o que está por trás da disputa por pagamentos digitais



Apple supera expectativas com lucro de US\$ 29,58 bilhões, impulsionado por vendas do iPhone 17

Acordos obrigatórios com o país investigado.

A ferramenta é frequentemente usada como instrumento unilateral de pressão fora do âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).



Euro hoje fecha no menor valor desde junho de 2024; veja a cotação da moeda

A investigação passa por várias etapas (análise inicial, audiências públicas, consultas diplomáticas e recomendações técnicas) e pode durar até 12 meses, com possibilidade de prorrogação.

Por que o Pix entrou no radar



Bradesco eleva projeção para IPCA 2026 por

Lançado em 2020 pelo Banco Central, o Pix rapidamente se tornou a principal infraestrutura de pagamentos do País. Com cerca de 170 milhões de usuários, aproximadamente 90% da população adulta, o sistema responde hoje por mais da metade das transações de pagamento no Brasil, superando dinheiro em espécie e cartões de débito no cotidiano dos brasileiros.

Pix em 2026: aproximação, pagamentos automáticos e novas regras moldam o futuro do sistema



Empreendimento da Fibra Experts oferece horizonte amplo - tanto no sentido literal quanto figurado
Empreendimento da Fibra Experts oferece horizonte amplo - tanto no sentido literal quanto figurado

Esse crescimento acelerado alterou profundamente o mercado de pagamentos, reduzindo custos e ampliando a concorrência com redes privadas tradicionais. Para Gustavo Assis, CEO da Asset Bank, esse impacto competitivo ajuda a explicar por que o sistema chamou atenção das autoridades americanas.

Ainda assim, ele ressalta que iniciativas semelhantes existem em diversos países. "Diversos países desenvolveram sistemas domésticos semelhantes, justamente para modernizar a infraestrutura financeira. Em geral, esses sistemas são tratados como inovação regulatória e não como barreira comercial", diz.



Vorcaro vendeu a árabes e russos que Master tinha transação via China blindada de embargo dos EUA Vorcaro vendeu a árabes e russos que Master tinha transação via China blindada de embargo dos EUA

Infraestrutura pública, não política comercial

Especialistas destacam que o Pix não foi criado como política de proteção de mercado, mas como infraestrutura pública do sistema financeiro.



Análise | STF vê derrota de Messias no Senado como aviso sobre impeachment de ministros Análise | STF vê derrota de Messias no Senado como aviso sobre impeachment de ministros

Segundo ele, o sistema foi concebido pelo Banco Central para ampliar a inclusão financeira, reduzir custos de transação e aumentar a competição no sistema bancário. Além disso, instituições estrangeiras também podem participar do arranjo. "Instituições financeiras estrangeiras que operam no Brasil participam do Pix em igualdade regulatória", afirma Hoffmann.

Vale ressaltar que o crescimento do Pix não eliminou outros meios de pagamento. Pelo contrário. O CEO da PagBrasil explica que, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) as transações com cartões movimentaram R\$ 4,5 trilhões em 2025, um aumento de 125% em relação a 2020, ano de lançamento do Pix. "Trata-se de uma modernização estrutural da infraestrutura doméstica de pagamentos e não de uma prática direcionada contra empresas estadunidenses", defende.

Pressões do setor privado

Parte da pressão por investigações comerciais veio do próprio setor privado americano. A apuração conduzida pelo USTR foi impulsionada por solicitações do Information Technology Industry Council (ITI), associação que representa empresas de tecnologia e inclui companhias ligadas ao setor de pagamentos.

Para Fabio Murad, economista e CEO da Super-ETF Educação, a lógica segue um padrão comum em disputas comerciais envolvendo tecnologia.

Segundo ele, quando uma infraestrutura pública de baixo custo ganha escala rapidamente, isso pode pressionar modelos privados baseados em cartões, carteiras digitais e adquirência.

Peso político supera impacto no Pix

Mesmo que a investigação avance, especialistas consideram improvável qualquer impacto direto no funcionamento do Pix. Isso porque o sistema opera dentro da infraestrutura do BC, com liquidação em moeda local e sob regulação do sistema financeiro brasileiro.

Na prática, os efeitos mais prováveis seriam indiretos, especialmente por meio de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras ou tensões comerciais mais amplas. Diante desse cenário, analistas avaliam que a investigação pode ter um componente político-negocial importante.

Murad explica que processos baseados na Seção 301 frequentemente funcionam como instrumento de barganha em negociações comerciais. "Eles são usados para empilhar temas em uma agenda maior de negociação, envolvendo comércio, tecnologia e regras de mercado", afirma.

A própria lista de temas investigados reforça essa leitura. O Pix aparece ao lado de questões pouco relacionadas entre si, como comércio informal, etanol e desmatamento.

Para Hoffmann, isso sugere que a investigação pode ter menos relação com o funcionamento técnico do sistema de pagamentos Pix e mais com a estratégia comercial dos Estados Unidos. "Tudo indica que se trata menos de uma medida técnica e mais de uma peça dentro do tabuleiro de negociação comercial", afirma.

Link copiado

EUA criticam Brasil por pirataria na 25 de março



Os Estados Unidos mantiveram o Brasil na lista de observação de **propriedade intelectual** dos Estados Unidos, divulgada pelo Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR).

Segundo o relatório, o país permanece na chamada "watch list", categoria que reúne parceiros comerciais que exigem atenção em relação à proteção de **propriedade intelectual**. A lista também inclui países como Chile, China, Índia, Indonésia, Rússia e Venezuela, que estão na chamada priority watch list, de nível mais crítico.

O Brasil aparece no relatório há décadas - pelo menos desde o fim dos anos 1980, segundo os registros disponíveis no site do USTR.

Neste ano, o documento afirma que a **pirataria** e a **falsificação** continuam sendo desafios centrais no país, impulsionados pelo aumento do contrabando e pela expansão do volume de pequenas encomendas que entram no território nacional.

O relatório cita a rua 25 de Março, em São Paulo (SP), como um dos principais mercados de produtos falsificados. Embora reconheça a realização de operações policiais, o USTR afirma que a ausência de punições com efeito dissuasório contribui para a continuidade do comércio ilegal.

Além da capital paulista, o Porto de Santos e a região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina são apontados como pontos estratégicos para a entrada de mercadorias que violam direitos de **propriedade intelectual**.

O relatório de 2026 também trata do streaming no contexto da **pirataria** digital e o classifica como um dos maiores desafios para a proteção dos direitos de **propriedade intelectual** na atualidade.

O relatório destaca a proliferação de aparelhos de **pirataria** e serviços que retransmitem ilegalmente canais e conteúdos protegidos por meio de portais e aplicativos. Para os EUA, essas tecnologias representam uma ameaça direta a criadores de conteúdo, ligas esportivas e plataformas legítimas de streaming e vídeo sob demanda.

Em julho do ano passado, o governo Trump, por meio da USTR, abriu uma investigação comercial contra o Brasil sob a seção 301. Na abertura, o documento justificava a necessidade da análise citando a rua 25 de março e criticando as supostas falhas na proteção e aplicação adequada dos direitos de **propriedade intelectual**.

Para o USTR, a 25 de Março permanece há décadas como um dos maiores mercados de produtos falsificados, apesar de operações direcionadas para a área. A investigação é a mesma que inclui o Pix, citado como uma possível prática desleal do país em relação a serviços de pagamentos eletrônicos.

O processo foi iniciado em julho do ano passado e costuma durar um ano antes de sair o resultado final. Porém, pessoas próximas às negociações afirmam que é possível que o processo seja concluído ainda em maio.

No relatório divulgado nesta quinta-feira sobre **propriedade intelectual** dos Estados Unidos, o foco de preocupação é a eficácia da fiscalização aduaneira e do sistema judicial. O USTR destaca que o número insuficiente de agentes nas fronteiras e a lentidão dos processos judiciais enfraquecem o combate a crimes dessa natureza.

Apesar de avaliar positivamente um ato da Receita Federal publicado no fim de 2025 - que permite apreensões administrativas de produtos falsificados sem necessidade de ação judicial dos detentores de marca - o relatório afirma que ainda não está claro se a medida terá impacto efetivo no aumento das

apreensões.

No campo da inovação, os Estados Unidos voltam a criticar o tempo de análise de patentes no Brasil. Entre 2020 e 2025, o tempo médio de **concessão de patentes** biofarmacêuticas foi de 9,15 anos, o que, segundo o relatório, compromete a efetividade da proteção à inovação.

O documento também cobra maior proteção contra o uso comercial indevido de dados de testes para medicamentos de uso humano, apontando que o Brasil já concede esse tipo de proteção para produtos veterinários e agrícolas, mas não para o setor farmacêutico humano.

Ele ainda trata da **pirataria** digital e das negociações internacionais, incentivando o Brasil a aderir aos tratados da OMPI sobre **direitos autorais** e execuções digitais, para fortalecer o combate a conteúdos e dispositivos ilegais de streaming .

Há ainda menção ao acordo entre União Europeia e Mercosul , com preocupação de que regras brasileiras sobre indicações geográficas possam restringir o uso de termos considerados genéricos no mercado internacional.

Acordo UE-Mercosul: veja os produtos protegidos contra imitação - e que podem deixar de ser feitos no Brasil



Produtos são protegidos por indicação geográfica (IG). Champanhe, conhaque e presunto tipo Parma estão na lista, mas as empresas terão tempo para se adaptar. Alimentos tradicionais do Brasil também passam a ter proteção contra falsificação.

O acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia começou a valer nesta sexta-feira (29). Com isso, alimentos tradicionais dos países-membros dos dois blocos passam a ser considerados **propriedade intelectual** e ficam protegidos contra imitações.

Essa proteção é chamada de indicação geográfica (IG). Na prática, nenhum outro país poderá fabricar ou comercializar produtos com o mesmo nome. Produtos como champanhe, conhaque e presunto tipo Parma devem deixar de ser fabricados no Brasil, por terem indicação geográfica de países europeus. O acordo, porém, prevê um período de adaptação para as empresas, que pode chegar a 10 anos. (veja mais abaixo)

O Brasil também tem alimentos com indicação geográfica na lista do acordo. Ao todo, são 37 produtos, entre eles a cachaça e o queijo Canastra.

Os outros países do Mercosul têm principalmente vinhos na lista, como o 25 de Mayo, da Argentina, e o Bella Unión, do Uruguai.

O registro é concedido por cada país, conforme suas próprias leis, a produtos ou serviços característicos de seu local de origem.

Para entrar no acordo, o Estado precisa solicitar a inclusão do item na lista de proteção. Esses produ-

tos constam na versão final do acordo divulgada pelo governo em dezembro de 2024.

:

Ainda vai ter 'champanhe' e 'parmesão' brasileiro? A fiscalização para prevenir fraudes cabe a cada país-membro dos blocos. Eles devem combater produtos enganosos - tanto os que não vêm do local de origem, mas usam o mesmo nome, quanto os fabricados na região fora das regras.

Também será proibido o uso de termos como "tipo", "estilo", "imitação" ou "semelhante" nas embalagens.



Acordo UE-Mercosul passa a valer no Brasil: o que muda para o agro
Acordo UE-Mercosul passa a valer no Brasil: o que muda para o agro

Por outro lado, o acordo prevê exceções. Elas se aplicam a casos em que o nome do produto é amplamente usado, sem relação direta com o local de origem protegido.

Essas exceções ocorrem de duas formas. Veja a seguir.

Para empresas específicas Nesse caso, o termo pode continuar a ser usado por empresas que já têm a marca registrada. Porém, há condições: elas não podem fazer referência à indicação geográfica, seja por meio de imagens, bandeiras ou nomes.

â EXEMPLO: O queijo italiano "Parmigiano Reggiano" não impedirá o uso do termo "parmesão" no

Continuação: Acordo UE-Mercosul: veja os produtos protegidos contra imitação - e que podem deixar de ser feitos no Brasil

Brasil, desde que o produto não se passe pelo original. A mesma regra vale para os queijos gorgonzola, fontina, grana e gruyère, além das bebidas genebra e steinhaeger. O documento lista as empresas autorizadas a continuar usando esses nomes, conforme as condições previstas para cada produto. Essas marcas terão 12 meses, após a entrada em vigor do acordo, para se adaptar às novas regras.

Com prazo determinado Nessa exceção, o nome poderá continuar sendo usado por um prazo determinado, contado a partir da validação do acordo. Nesse caso, a embalagem deve indicar a origem do produto, como informar que foi feito no Brasil.

Veja os produtos que entram nesse caso e os prazos de adaptação:

5 anos: Münchener Bier; Pont-l'Évêque; Reblochon ou Rebleusson; Asiago; Taleggio; Tokaj, tokaji ou Tocaí; Margot. 7 anos: Feta; Roquefort; Saint-Marcellin; Bordô; Conhaque; Presunto tipo Parma; Grappa ou Grapa. 10 anos: Champagne; Mortadela Bologna ou Mortadela tipo Bologna; Prosecco ou Proseco.

Como funciona a indicação geográfica no Brasil? Essas proteções são comuns entre países. O Brasil já prevê em lei, independentemente do acordo entre os dois blocos, regras próprias de indicação geográfica.

Na legislação, trata-se de alimentos que apresentam qualidade "única" por causa de recursos naturais (como solo, vegetação e clima) e do modo de produção, segundo o Ministério da Agricultura.

As indicações geográficas existem de duas formas no Brasil. Veja abaixo.

Indicação de procedência: nome geográfico de país, cidade, região ou localidade que se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou serviço. Denominação de origem: nome geográfico que identifica produto ou serviço cujas características são exclusivas ou essencialmente determinadas pelo local, incluindo fatores naturais e humanos. O Ministério da Agricultura é uma das instâncias responsáveis por conceder a indicação geográfica.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	7,8
Pirataria	7,8
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10